



DIÁRIO OFICIAL

da Câmara

República Federativa do Brasil
Estado do Pará - Belém

CIRCULAÇÃO: 07, 08, 09, 10 e 11 de julho de 2025.

ANO XLII

Nº 2156

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

MESA DIRETORA

JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE
Presidente – MDB

JOÃO PAULO ALBUQUERQUE COELHO
1º Vice-Presidente – PDT

VALCINÉIA MARQUES FARIAS
2º Vice-Presidente – PT

PATRICIA LUIA QUEIROZ CAPRA
3º Vice-Presidente – PP

JOSÉ MARIA DE LIMA SEGUNDO
4º Vice-Presidente – PL

TULIO DIAS DAS NEVES
1º Secretário – PSD

MARCO FELIPE DE LIMA VINAGRE
2º Secretário – UNIÃO

JOSÉ AUGUSTO PEREIRA DOS SANTOS
3º Secretário – REPUBLICANOS

LUIS ANTONIO DA COSTA PINHEIRO JÚNIOR
4º Secretário – PSDB

VEREADORES

BANCADA MDE
BLENDA CECÍLIA ALVES QUARESMA (Blenda Quaresma)
CLEOSON SOUZA DA SILVA (Bico)
FÁBIO JORGE CARVALHO DE SOUZA (Fábio Souza)
ADALBERTO ARAÚJO ROCHA JUNIOR (Adalberto Júnior)
JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE (John Wayne)
PABLO RAFAELLO RAYMOND DA SILVA FARAH (Pablo Farah)
RENAN CENTENO NORMANDO (Renan Normando)
RONISON ROGÉRIO SOZINHO PARAGUASSU (Roni Gás)
RILDO DE OLIVERIA PESSOA (Rildo Pessoa)

BANCADA PSD
ANDRÉ MARTHA TAVARES FILHO (André Martha)
JOSIAS DA SILVA HIGINO (Josias Higino)
SALETE FERREIRA SOUZA (Pastora Salete)
TULIO DIAS DAS NEVES (Túlio Neves)

BANCADA PL
AGATHA SODRÉ BARRA DO AMARAL (Agatha Barra)
MAYKY TAYLY GUIMARÃES FRANCO (Mayky Vilaça)
JOSÉ MARIA DE LIMA SEGUNDO (Zezinho Lima)

BANCADA UNIÃO
JOSÉ LUIS PANTOJA MORAES (Zeca do Barreiro)
MARCO FELIPE DE LIMA VINAGRE (Felipe Vinagre)
VITOR SALES CAMINHA (Vitor Sales)

BANCADA PDT
JOÃO PAULO ALBUQUERQUE COELHO (João Coelho)
RAQUEL FERREIRA VIANA (Raquel dos Animais)

BANCADA PSDB
LUIZ ANTONIO DA COSTA PINHEIRO JÚNIOR (Lulu das Comunidades)

BANCADA REDE
IGOR GUAPINDAIA DE ANDRADE (Igor Andrade)

BANCADA REPUBLICANOS
JOSÉ AUGUSTO PEREIRA DOS SANTOS (Augusto Santos)
MARCOS ROBERTO XAVIER (Marcos Xavier)

BANCADA PV
MOACIR IRAN NASCIMENTO MORAES FILHO (Moa Moraes)

BANCADA PSB
MICHELL MENDES DURANS DA SILVA (Michel Durans)

BANCADA PP
NAYARA BARBALHO DA CRUZ (Nay Barbalho)
PATRICIA LUIA QUEIROZ CAPRA (Patrícia Queiroz)

BANCADA PSOL
MARINOR JORGE BRITO (Marinor Brito)
VIVIANE DA COSTA REIS (Vivi Reis)

BANCADA PT
ALFREDO CARDOSO COSTA (Professor Alfredo Costa)
VALCINÉIA MARQUES FARIAS (Neia Marques)

BANCADA PC DO B
RODRIGO FERREIRA DE MORAES (Rodrigo Moraes)

BANCADA PRD
JORGE LEÓNIDAS VAZ DA COSTA (Jorge Vaz)

PORTARIA N.º 583 /2025, de 07 de abril de 2025.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor JACKSON PINHEIRO MUIREL (GAU – REF. C-P), para exercer a função gratificada “Chefe do Serviço de Registro Fotográfico – SERFO – CMB-DAI-101.2”, a partir de 07.04.2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 07 de abril de 2025

JOHN WAYNE
Presidente

PORTARIA N.º 584 /2025, de 07 de abril de 2025.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora IVANI DE FÁTIMA DIAS SERRA (GNM – REF. C-P), para exercer a função gratificada “Chefe do Serviço de Coordenação da Diretoria Geral – SECDG – CMB-DAI-101.2”, a partir de 07.04.2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 07 de abril de 2025

JOHN WAYNE
Presidente

PORTARIA N.º 0476/2025, de 08 de maio de 2025.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso de suas atribuições delegadas pela Lei nº 8.078/01, de 05.07.01, e

CONSIDERANDO disposto no Memorando nº.....de.....

RESOLVE:

CONCEDER à servidora MÁRCIA LEILIANE CAMARINHA VALENTE, ocupante do cargo comissionado “Diretor Geral-CMB-DAS-200.7” portador do CPF nº 591.897.622-15, suprimento de fundos no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) com finalidade para despesas com material de consumo e outros serviços de terceiros, com período de aplicação de 30 (trinta) dias, observando a classificação orçamentária abaixo:

111.01.031.0012.2.091.339030 – FR - 1001- R\$2.500,00
111.01.031.0012.2.091.339039 – FR - 1001- R\$2.500,00

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 08 de maio de 2025.

VEREADOR JOHN WAYNE
Presidente

MATÉRIAS PUBLICADAS NESTA EDIÇÃO

PORTARIA.....	03
ATA.....	03
EXTRATO DE CONTRATO.....	02
RELATORIO GESTÃO FISCAL.....	01

DIÁRIO OFICIAL

da CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

Sede: Palácio “Vereador Augusto Meira Filho”
End: Travessa Curuzú, nº 1755 – Marco
CEP: 66093-802 Belém – Pará
Homepage: www.cmb.pa.gov.br
Editado: Divisão de Comunicação Social – DICOS/CMB
Responsável: **Maickson Manoel Deivid Ribeiro da Conceição**- DICOS
Registro nº 2719 – DRT / PA
Impresso: Setor de Imprensa Oficial – SIOF/CMB
Responsável: **PAULO FREDERICO CARDOSO DE CASTRO LEÃO** - SIOF

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA.

No quarto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência da vereadora Neia Marques. Esta solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Em seguida, a presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Fábio Souza criticou a decisão da Organização Mundial de Saúde – OMS de mudar os critérios para a realização do aborto, estabelecendo que ora em diante o procedimento possa ser realizado em qualquer etapa da gestação. Acrescentou que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda aprovou a Resolução nº 258/2024 permitindo o aborto em caso de crianças ou adolescentes gestantes vítimas de violência sexual, sem a necessidade de autorização dos pais ou responsáveis. Considerou tal decisão a institucionalização de um crime hediondo, a oficialização de um homicídio. Recordou que, por outro lado, o Conselho Federal de Medicina – CFM proibiu, através da Resolução nº 2378/2024, que os médicos realizassem o procedimento denominado assistolia fetal após 22 semanas de gestação resultante de estupro, mas o PSOL moveu então a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 1141 (ADPF 1141) contra a resolução do CFM e o ministro Alexandre Moraes deu liminar cassando-a. O Serviço Único de Saúde – SUS, apesar de muito elogiado por setores da esquerda, geralmente não prevê acolhimento às pessoas quando é necessário, alegou. Inteirou ter apresentado requerimento solicitando que esta Casa manifeste Moção de Apoio à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2025 (PDL 03/2025), que susta os efeitos da Resolução nº 258/2024 do Conanda, e à aprovação do Projeto de Lei nº 1904/2024 (PL 1904/2024), que equipara o aborto de gestação acima de 22 semanas ao crime de homicídio simples, incluindo casos de gravidez resultante de estupro. Pablo Farah parabenizou a vereadora Nay Barbalho por seu retorno a este parlamento. Parabenizou também o vereador John Wayne, presidente da CMB, por tudo que ele tem feito por esta Casa e em benefício do povo de Belém. Saudou os servidores da CMB comentando que os vereadores passam, mas eles aqui permanecem. Avaliou que os funcionários públicos muitas vezes não têm seus direitos respeitados ou reconhecidos e precisam lutar para garanti-los. Relatou ter estado, no dia anterior, na Novena do Perpétuo Socorro, tornada Patrimônio Cultural e Imaterial do Município de Belém por este parlamento através de um projeto de sua autoria. Reportou ter acompanhado, em Icoaraci, uma ação de cidadania promovida pela Defensoria Pública do Estado do Pará, na sexta-feira anterior. Salientou ser necessário que os vereadores saiam dos gabinetes para ir às ruas conhecer as necessidades das pessoas. Chamou a atenção para os assaltos aos corredores de rua, ocorridos geralmente no início da manhã, pedindo a mobilização dos membros desta Casa junto aos órgãos competentes para que medidas sejam adotadas visando coibir esse tipo de crime. Durante este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador John Wayne. Jorge Vaz parabenizou o vereador John Wayne por seu aniversário neste dia e saudou a vereadora Nay Barbalho em seu retorno a este parlamento. Comentou haver muitos formadores de opinião no Sul e no Sudeste que não aceitam qualquer protagonismo das outras regiões do país e criticam a realização da COP 30 em nossa cidade. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do PSD, Josias Higinio reiterou que muitos artistas e pessoas influentes têm se posicionado contrariamente à realização da COP 30 em nossa cidade. Belém vem recebendo benefícios como nunca antes, apontou, com obras estruturantes sendo efetivadas em vários bairros em preparação à conferência. Citou dentre elas a construção do Canal da Avenida Cipriano Santos, do Canal da Avenida Gentil Bittencourt, do Canal da Rua dos Mundurucus e do Canal da Rua Caraparu. Ponderou que esses avanços incomodam algumas pessoas que julgam a Região Norte inferior e não merecedora de investimentos, como se não fizesse parte do país. Pediu respeito a Belém, como capital do Pará e uma cidade bem localizada na entrada da Amazônia. Pela liderança do Governo, Fábio Souza avaliou existir, por parte de algumas pessoas do Sul e Sudeste, preconceito contra Belém e o Pará, salientando que temos uma cultura belíssima e somos o maior fornecedor de energia elétrica do país. Opinou que discussões sobre a Amazônia devem ocorrer na Amazônia e vivemos um momento positivo para nosso estado. Pediu o apoio de seus pares ao requerimento de sua autoria solicitando que esta Casa manifeste Moção de

Apoio à aprovação, pelo Congresso Nacional, do PDL 03/2025 e do PL 1904/2024. Pela liderança do MDB, Pablo Farah comemorou a concessão do título de Cidadão de Belém ao comerciante Gualberto Mário, o Beto do Cosanostra. Caracterizou-o como um argentino filho de italianos que ama nossa cidade e há quarenta anos tornou-se empreendedor em Belém. Revelou a intenção de entregar pessoalmente a honraria em mãos ao homenageado no bar Cosanostra. Ainda pela liderança do MDB, manifestou-se a vereadora Nay Barbalho e agradeceu ao prefeito Igor Normando por nomeá-la secretária municipal, assumindo a recém-criada Secretaria Municipal de Inclusão e Acessibilidade – Semic. Declarou estar feliz por voltar a este parlamento, reassumindo o cargo de vereadora, para dar voz às pessoas que nela votaram. Pela liderança do PSOL, Vivi Reis destacou ser comemorado em 05 de junho, por iniciativa da Organização das Nações Unidas - ONU, o Dia Mundial do Meio Ambiente. Frisou a importância de elaborar projetos relacionados à temática, sugerindo a apresentação nesta Casa, neste mês de junho, de pacotes de propostas relativas à defesa ambiental para o município de Belém. Lamentou a aprovação, em nível nacional, de projetos de lei e medidas que promoverão a destruição do meio ambiente, como o PL da Devastação e o derrocamento do Pedral do Lourenço. Divulgou que será realizado em Marabá, na quinta-feira seguinte, um ato contra o derrocamento, do qual participará, denunciando ser um ataque direto às comunidades ribeirinhas e à biodiversidade. Alegou que a construção da hidrelétrica de Belo Monte revelou-se um verdadeiro desastre, gerando inúmeros problemas sociais e econômicos para a população daquela região. Questionou qual o modelo de desenvolvimento queremos, pois, ao invés de haver investimento em energia limpa, prioriza-se a exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas. Faz-se a opção de favorecer os mais ricos, enquanto o povo fica na miséria e padece, afirmou. Sobreveio a importância de aprovar o projeto de pavimentação ecológica, de sua autoria, recordando ter enviado, quando era deputada federal, recursos para a construção de uma fábrica de bloquetes ecológicos em Icoaraci para garantir a pavimentação ecológica naquela localidade. Pela liderança do PT, Alfredo Costa parabenizou o presidente John Wayne por seu aniversário. Comunicou depois ter protocolado projeto criando o Dia Municipal do Verde e de Combate ao Aquecimento Global, em conformidade com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Nossa cidade sediará a COP 30, maior evento climático da humanidade, organizado pela ONU, e dará um passo importante com a aprovação deste projeto, postulou, pois devemos dar nossa contribuição visando reduzir os efeitos das mudanças climáticas. Pediu o apoio de seus pares à aprovação do projeto, ponderando que ele propiciará oportunidade à realização de ações envolvendo o poder público municipal, entidades e a população em geral, promovendo a reflexão sobre o tema, salientando a necessidade de proteção e preservação do meio ambiente. Pela liderança do União Brasil, Zeca do Barreiro também parabenizou o presidente John Wayne por seu aniversário. Fez menção, em seguida, à situação ruim em que se encontra Outeiro, com dificuldades no transporte público e em outros setores, sugerindo a realização de um mutirão para cuidar dos problemas de Caratateua e das demais ilhas do distrito. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente John Wayne pediu aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foram então colocadas em votação e aprovadas por unanimidade as atas das sessões ordinárias 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª e 22ª, sendo todas do 1º Período da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura. Fez-se posteriormente a leitura da matéria constante em pauta nesta parte da sessão e o vereador Josias Higinio pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura dos pareceres e da redação final e a dispensa dos interstícios aos projetos correspondentes. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Fez-se a seguir um minuto de silêncio em homenagem póstuma à senhora Maria Heloísa Frazão, falecida em 03/06/2025 (atendendo à solicitação da vereadora Agatha Barra). Após esta homenagem, procedeu-se à leitura do requerimento do vereador Rildo Pessoa solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no site da CMB, no dia 03/06/2025, intitulada “Campeã de Karatê-Do é homenageada na Câmara Municipal de Belém”. Fez o encaminhamento o vereador Rildo Pessoa. Posto depois em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Passou-se a seguir à leitura do requerimento do vereador Josias Higinio parabenizando a Igreja Evangélica Assembleia de Deus pelo trabalho missionário realizado na cidade de Melgaço. Fez o encaminhamento o vereador Josias Higinio. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Fez-se posteriormente a leitura do requerimento da vereadora Pastora Salete solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal Diário do Pará, edição do dia 07/05/2025, intitulada “Pará tem quase 1,4 milhão de mulheres chefes de família”. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificaram seus votos as vereadoras Pastora Salete, Vivi Reis e Marinor Brito. Procedeu-se em seguida à leitura do requerimento da vereadora Marinor Brito solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria divulgada pela Federação das Quadrilhas Juninas do Pará quanto ao posicionamento oficial sobre o Concurso de Quadrilhas Juninas, promovido pela Secretaria de Estado de Cultura – Secult. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificaram seus votos os vereadores Marinor Brito, Vivi Reis, Zeca do Barreiro, Michell Durans e Josias Higinio. Iniciada a Segunda Parte da Ordem do Dia, o vereador Pablo Farah pediu Questão de Ordem solicitando que o projeto constante no Processo nº 1294/2024, passe da pauta da Primeira Parte para a pauta da Segunda Parte da Ordem do Dia e entrasse em discussão. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Entrou depois em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que “Institui o dia 27 de junho como Dia Municipal de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”, constante no Processo nº 1294/2024, de autoria do vereador Pablo Farah. Na discussão, manifestou-se o vereador Pablo Farah. Fez-se posteriormente a leitura do projeto. Postos depois em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto que “Institui o dia 27 de junho como Dia Municipal de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”, constante no Processo nº 1294/2024. A seguir, o vereador Augusto Santos pediu Questão de Ordem solicitando que os projetos constantes nos processos de números 18/2024 e 2682/2021 passassem da pauta da Primeira Parte para a pauta da Segunda Parte da Ordem do Dia e entrassem em discussão. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Entrou posteriormente em

discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que “Estabelece a política de uso preferencial de agregados reciclados, oriundos de resíduos sólidos da construção civil, em obras e serviços públicos, acrescentando dispositivos à Lei Ordinária 8.899, de 26/12/2011”, constante no Processo nº 18/2024, de autoria do vereador John Wayne. Na discussão, não houve oradores. Fez-se a seguir a leitura do projeto. Postos depois em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que “Estabelece a política de uso preferencial de agregados reciclados, oriundos de resíduos sólidos da construção civil, em obras e serviços públicos, acrescentando dispositivos à Lei Ordinária 8.899, de 26/12/2011”, constante no Processo nº 18/2024. Justificaram seus votos o vereador Alfredo Costa e a vereadora Vivi Reis. Posteriormente entrou em discussão e votação única, com dispensa de interstício, o projeto de lei que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da afixação de placa com o texto ‘A ingestão de bebidas alcoólicas durante a gravidez é fator de risco para o desenvolvimento da Síndrome Alcoólica Fetal (SAF), que pode levar a deficiências físicas e distúrbios de neurodesenvolvimento’ nos bares, restaurantes e demais locais que comercializam bebidas alcoólicas no âmbito do município de Belém – PA”, constante no Processo nº 2682/2021, de autoria do vereador Augusto Santos. Na discussão, não houve oradores. Fez-se depois a leitura do projeto. Postos a seguir em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da afixação de placa com o texto ‘A ingestão de bebidas alcoólicas durante a gravidez é fator de risco para o desenvolvimento da Síndrome Alcoólica Fetal (SAF), que pode levar a deficiências físicas e distúrbios de neurodesenvolvimento’ nos bares, restaurantes e demais locais que comercializam bebidas alcoólicas no âmbito do município de Belém – PA”, constante no Processo nº 2682/2021. Justificou seu voto o vereador Alfredo Costa. Posteriormente, o vereador Fábio Souza pediu Questão de Ordem solicitando a inclusão na pauta da Segunda Parte da Ordem do Dia do projeto de lei constante no Processo nº 1275/2025 e que este entrasse em discussão. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Justificou depois seu voto o vereador Augusto Santos. A seguir, entrou em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de decreto legislativo que “Concede a Medalha Mérito Cultural e Patrimônio de Belém ao senhor Celso Sabino”, constante no Processo nº 1275/2025, de autoria do vereador Vítor Sales. Na discussão, não houve oradores. Fez-se depois a leitura do projeto. Postos depois em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto de decreto legislativo que “Concede a Medalha Mérito Cultural e Patrimônio de Belém ao senhor Celso Sabino”, constante no Processo nº 1275/2025. Em seguida, o presidente John Wayne encerrou a sessão, às onze horas e catorze minutos. Justificaram suas ausências os vereadores Blenda Quaresma, Igor Andrade, Lulu das Comunidades, Vítor Sales e Zezinho Lima. Estavam presentes os vereadores: Bieco, Roni Gás, Adalberto Júnior, Fábio Souza, John Wayne, Pablo Farah, Renan Normando e Rildo Pessoa, pelo MDB; André Martha, Pastora Salette, Josias Higinio e Túlio Neves, pelo PSD; Agatha Barra e Mayky Vilaça, pelo PL; Zeca do Barreiro, pelo União Brasil; Marinor Brito e Vivi Reis, pelo PSOL; Alfredo Costa e Neia Marques, pelo PT; Augusto Santos e Marcos Xavier, pelo Republicanos; Raquel dos Animais e João Coelho, pelo PDT; Nay Barbalho e Patrícia Queiroz, pelo PP; Rodrigo Moraes, pelo PC do B; Michell Durans, pelo PSB; Moa Moraes, pelo PV; Jorge Vaz, pelo PRD. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém.

Salão Plenário Laércio Barbalho, dia 04 de junho de 2025.

JOHN WAYNE
Presidente

TULIO NEVES
1º Secretário

AUGUSTO SANTOS
2º Secretário

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA.

No décimo primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador John Wayne. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Vivi Reis notificou que os servidores municipais e estaduais farão a partir de hoje uma paralisação de quarenta e oito horas de suas atividades. Externou seu apoio aos servidores municipais informando que lutam pelo realinhamento do salário-base ao salário mínimo nacional, pela adoção do piso nacional do Magistério e da Enfermagem, garantidos por lei federal, pela implementação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR para as categorias de servidores, pela realização de concursos públicos para o provimento dos cargos em todos os níveis, pela reestruturação do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Município de Belém – IASB e o reajuste do tíquete alimentação de quatrocentos para seiscientos reais. Disse que posteriormente se juntará ao ato promovido pelo funcionalismo público e anunciou que protocolará requerimento solicitando que esta Casa manifeste apoio à luta dos servidores. Questionou posteriormente se o HPSM Mário Pinotti será reformado com recursos públicos para depois ser entregue à gestão privada de uma Organização Social de Saúde – OSS. Pediu mais transparência da gestão municipal a esse respeito, expondo haver muita insegurança por parte dos servidores da Saúde quanto ao que ocorrerá. Fez referência depois às especulações de que o Centro de Testagem e Aconselhamento – CTA será fechado e os serviços que presta passarão a

ser realizados no Centro de Atenção à Saúde em Doenças Infeciosas Adquiridas – Casa Dia. Avaliou tal mudança como prejudicial, pois a Casa Dia tem suas próprias dificuldades de funcionamento relacionadas a limitações de espaço físico, recursos humanos e infraestrutura e agregaria então mais um serviço. Fez notar que representantes de duas cooperativas de catadores de material reciclável estão presentes acompanhando a sessão legislativa neste dia. Esses trabalhadores vieram a esta Casa acompanhados de seus advogados e questionam por que não foi feito o repasse de verba recebida pelo município destinada à ampliação de quatro unidades para resíduos sólidos, aclarou. Em aparte, pronunciou-se a vereadora Marinor Brito. Michell Durans comentou que a cidade amanheceu com uma cortina de fumaça vinda do Lixão do Aurá, que está em chamas. Julgou correta a iniciativa de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para investigar a questão da coleta de resíduos sólidos em nossa cidade. Como várias capitais do Brasil, Belém enfrenta problemas econômicos, sociais, educacionais e na área da Saúde e isso é agravado pelo fato de o território de nossa cidade ser drenado por dezesseis bacias hidrográficas, apontou. A cada inverno amazônico, chuva forte ou maré alta ocorrem alagamentos, inundações e transbordamento de canais, gerando grandes prejuízos. Nossa força está em nossa população, em nossa cultura, assinalou, acrescentando que o governo federal e o governo estadual não titubearam em trazer para Belém a COP 30, o maior evento mundial dedicado ao combate às mudanças climáticas. Em dezembro de 2023, para nossa alegria, Belém foi escolhida para sediar a conferência, restando arrumar a casa, mas isso não está sendo feito a contento, opinou. Por causa da realização da COP 30, nossa cidade está recebendo mais de sete bilhões de reais em investimentos para obras de toda sorte, impactando positivamente a vida das pessoas que mais precisam, mas não estamos conseguindo resolver o problema da coleta e tratamento dos resíduos sólidos, ajuizou. A Ciclus Amazônia, responsável pelo serviço, não está cumprindo suas obrigações contratuais e, no dia anterior, funcionários da empresa foram flagrados descartando lixo hospitalar na área do Lixão do Aurá, noticiou. Trata-se de crime ambiental perpetrado pela empresa, que tem um contrato de 30 anos com a Prefeitura Municipal de Belém – PMB e recebe 32 milhões de reais por mês para prestar o serviço, registrou. Cientificou ter protocolado, neste dia, o pedido de realização de uma CPI para investigar a prestação do serviço pela Ciclus Amazônia. André Martha considerou haver hostilidade a Belém em boa parte do país, existindo até mesmo uma torcida para que nossa cidade não supere os problemas, não se desenvolva e não se destaque em nível nacional. Nossa capital enfrenta muitos desafios, reconheceu, mas agora temos a PMB e o governo estadual alinhados para melhorar as condições da cidade e um legislativo municipal disposto a trabalhar com o mesmo fim. Muitos não querem que Belém sedie a COP 30, afirmando que nossa cidade não tem as condições necessárias para fazê-lo, entretanto estamos recebendo investimentos para isso, alegou. Muitas obras estão sendo realizadas e, após a COP 30, teremos um grande legado, beneficiando os cidadãos e as futuras gerações, assegurou, prevenindo que, cada vez mais, Belém assumirá o protagonismo na Amazônia e no Brasil. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do PSD, Josias Higinio referiu-se às comemorações do aniversário de 114 anos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, iniciadas na semana anterior com um casamento comunitário no Templo Central assembleiano. Na manhã do dia seguinte, científico, será realizada no Palácio Antônio Lemos, por sua iniciativa, uma sessão especial com o tema. Na próxima sexta-feira, acontecerá a Convenção da CIMADB e, no sábado de manhã, será feita a reconstituição da chegada de Gunnar Vingren e Daniel Berg a Belém, desde a Escadinha do Porto até a Praça da República, divulgou. No sábado à noite, haverá uma celebração no Centenário Centro de Convenções, com a presença de várias autoridades, complementou. Recordou posteriormente que Belém já foi conhecida como a capital do lixo e a capital dos buracos, na gestão municipal anterior. Após seis meses da atual gestão, a cidade está passando por uma transformação e avanços estão sendo obtidos, afirmou. A CPI para investigar a atuação da Ciclus Amazônia levará suas conclusões aos órgãos competentes, mas nossa cidade não pode continuar a ser prejudicada por forças contrárias que tentam fazê-la retornar à condição anterior, indicou. Pela liderança do Governo, Fábio Souza discorreu que a CPI deve ser conduzida com responsabilidade, sem ter um viés político. Anuiu haver inúmeras inconsistências e descumprimentos das cláusulas contratuais por parte da Ciclus Amazônia e a empresa sequer fez investimentos em equipamentos, pois comprou o equipamento velho da empresa anterior e apenas pintou os caminhões, colocando seu logotipo, não havendo modernização do serviço. Descumpriu a cláusula que determina a inclusão dos catadores de materiais recicláveis no ciclo de coleta dos resíduos sólidos, prejudicando esses trabalhadores e suas famílias, aditou. Por outro lado, continuou, a população deve parar urgentemente de colocar o lixo a qualquer dia ou hora e em qualquer lugar, precisando haver punição para o descarte irregular. Pela liderança do PL, Zezinho Lima agradeceu a Deus pelo dom da vida ao completar 51 anos de idade neste dia. Ainda pela liderança do PL, assumiu a palavra a vereadora Agatha Barra e externou apoio a criação da CPI para investigar a atuação da Ciclus Amazônia. Comunicou ter a intenção de também criar uma CPI para investigar a atuação da empresa Auto Lance Pátio e Leilões, contratada sem licitação pela PMB para fazer o serviço de reboque de veículos, operando os guinchos e o pátio de retenção de veículos em Belém. Pede o apoio de seus pares a essa iniciativa, instando a que mantivessem a autonomia e a independência, com coragem e responsabilidade. Frisou não se tratar de uma disputa partidária, mas de trazer a verdade à população de nossa cidade. Em aparte, manifestou-se o vereador Mayky Vilaça. Pela liderança do MDB, Pablo Farah externou também apoio a criação da CPI para investigar a atuação da Ciclus Amazônia. O que começa de forma errada não pode dar certo, ponderou, avaliando que o contrato feito com a empresa é oneroso e prejudicial a Belém, pois tem validade de 30 anos e custa mensalmente 32 milhões de reais ao erário municipal. Apesar do valor contratual milionário, a Ciclus Amazônia não resolveu o problema do vazamento de chorume no Aurá e a cidade hoje amanheceu coberta de fumaça, relevou. Listou as obrigações contratuais da empresa, destacando que não estão sendo cumpridas. Pela liderança do PSOL, Marinor Brito expôs que as duas propostas de CPI apresentadas neste dia foram

assinadas pela bancada do partido. É preciso deixar claro o que não está sendo respeitado no contrato da PMB com a Ciclus Amazônia, incluindo a relação da empresa com as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, destacou. Salientou que o pagamento da Ciclus Amazônia no Portal da Transparência está em dia e a PMB deve cobrar da empresa que cumpra as obrigações contratuais. A reciclagem de materiais é obrigatória segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305, de 02/08/2010), mas quem a tem realizado historicamente em Belém são as cooperativas de catadores, sem a ajuda do poder público, por sua própria iniciativa, ressaltou. Achou também suspeito o contrato sem licitação com a empresa Auto Lance Pátio e Leilões, cuja atuação tem gerado denúncias e reclamações dos proprietários de veículos. Em aparte, manifestou-se a vereadora Vivi Reis. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente John Wayne pediu aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foram então colocadas em votação e aprovadas por unanimidade as atas das sessões ordinárias 23ª e 24ª, sendo ambas do 1º Período da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura. Fez-se em seguida um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao professor Júlio Reis (atendendo às solicitações dos vereadores Alfredo Costa e Zeca do Barreiro) e ao humorista e influenciador digital Felipe Tiago, conhecido como Gordinho Maniçoba (atendendo à solicitação do vereador Bieco). Finda esta homenagem, procedeu-se à leitura da matéria constante em pauta nesta parte da sessão e o vereador Bieco pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura dos pareceres e da redação final e a dispensa do interstício aos projetos correspondentes. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Passou-se a seguir à leitura do requerimento da vereadora Vivi Reis solicitando que esta Casa envie Votos de Apoio aos servidores públicos municipais, que realizaram uma paralisação de 48 horas em defesa de seus direitos. Fizeram encaminhamentos os vereadores Josias Hígino, Vivi Reis, Roni Gás, Marinor Brito, Fábio Souza e Zeca do Barreiro (com aparte da vereadora Marinor Brito). A vereadora Marinor Brito pediu depois Questão de Ordem solicitando que a votação fosse nominal. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Posto a seguir em votação, o requerimento foi rejeitado por maioria com dezoito votos contrários e três votos favoráveis, sem abstenções. Encerrada a Primeira Parte, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. O vereador Michell Durans pediu então Questão de Ordem solicitando que os projetos constantes nos processos de números 1159/2025 e 1161/2025, ambos de sua autoria, passassem da pauta da Primeira Parte para a pauta da Segunda Parte da Ordem do Dia e entrassem em discussão. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Entraram posteriormente em discussão única e votação, com dispensa de interstício, os projetos: projeto que “Concede o Diploma Mérito Judiciário Dr. Elder Lisboa ao Dr. Daniel Augusto Bezerra Castilho”, constante no Processo nº 1159/2025; projeto que “Concede o Diploma Mérito Judiciário Dr. Elder Lisboa ao Dr. Felipe Henrique de Quintanilha Bibas Maradei”, constante no Processo nº 1161/2025. Na discussão, não houve oradores. Procedeu-se posteriormente à leitura dos projetos. Fez o encaminhamento a vereadora Marinor Brito. Postos depois em votação, os projetos foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovados os projetos: projeto que “Concede o Diploma Mérito Judiciário Dr. Elder Lisboa ao Dr. Daniel Augusto Bezerra Castilho”, constante no Processo nº 1159/2025; projeto que “Concede o Diploma Mérito Judiciário Dr. Elder Lisboa ao Dr. Felipe Henrique de Quintanilha Bibas Maradei”, constante no Processo nº 1161/2025. Em seguida, o presidente John Wayne encerrou a sessão, às dez horas e cinquenta e quatro minutos. Estava licenciada a vereadora Raquel dos Anaimais. Justificaram suas ausências os vereadores Blenda Quaresma, Lulu das Comunidades, Patrícia Queiroz, Rodrigo Moraes e Pastora Salete. Estavam presentes os vereadores: Bieco, Roni Gás, Adalberto Júnior, Fábio Souza, John Wayne, Pablo Farah, Renan Normando e Rildo Pessoa, pelo MDB; André Martha, Josias Hígino e Túlio Neves, pelo PSD; Agatha Barra, Mayky Vilaça e Zezinho Lima, pelo PL; Vítor Sales, Felipe Vinagre e Zeca do Barreiro, pelo União Brasil; Marinor Brito e Vivi Reis, pelo PSOL; Alfredo Costa e Neia Marques, pelo PT; Augusto Santos e Marcos Xavier, pelo Republicanos; João Coelho, pelo PDT; Nay Barbalho, pelo PP; Igor Andrade, pelo Rede Sustentabilidade; Michell Durans, pelo PSB; Moa Moraes, pelo PV; Jorge Vaz, pelo PRD. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. **Salão Plenário Laércio Barbalho, dia 11 de junho de 2025.**

JOHN WAYNE
Presidente

TULIO NEVES
1º Secretário

AUGUSTO SANTOS
2º Secretário

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA.

No décimo primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às catorze horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador John Wayne. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscristos. Rildo Pessoa abordou o tema da gestão dos resíduos sólidos, discorrendo que, além de promover a educação da população para o descarte correto dos materiais, é preciso buscar alternativas para utilizar proveitosamente os resíduos. Citou como exemplos a cidade de Recife – PE, onde os plásticos são transformados em tubos de PVC, e Olinda, onde resíduos são utilizados para a fabricação de móveis. Frisou que o assunto deve ser debatido de forma equilibrada, evitando-se a abordagem partidária ou ideológica e buscando-se soluções positivas. Assim sendo, é bom copiar iniciativas que possam

trazer resultados satisfatórios, apontou, defendendo também o fortalecimento da coleta seletiva. Chamou a atenção para o risco de contaminação do Lago Bolonha e do Lago Água Preta – que abastecem com água grande parte da cidade – devido à proximidade destes do aterro sanitário de Belém. Alfredo Costa convidou seus pares a participar da sessão especial, de sua iniciativa, que será realizada na manhã do dia seguinte, na CMB, visando discutir o tema da cobertura e do atendimento dos planos de saúde às pessoas neurodivergentes. Comunicou depois ter apresentado requerimento solicitando que esta Casa manifeste Voto de Repúdio ao pronunciamento do desembargador Amílcar Roberto Bezerra Guimarães, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, que, durante uma sessão de julgamento sobre pensão alimentícia para uma criança autista, declarou existir uma epidemia de diagnósticos de autismo que se transformou em uma mina de enriquecimento de médicos. Alertou depois que o chorume gerado pela deposição do lixo no Aurá está contaminando os mananciais de Belém e o metano gerado pela decomposição da matéria orgânica no lixão é um dos gases causadores do efeito estufa. Externou seu apoio ao trabalho das cooperativas de catadores de resíduos. Em aparte, manifestou-se a vereadora Nay Barbalho. Josias Hígino disse haver dificuldades por parte de algumas pessoas em reconhecer as melhorias promovidas pela Prefeitura Municipal de Belém - PMB no transporte público da cidade, como o ônibus gratuito aos domingos e feriados. Recordou ter atuado durante mais de vinte anos como trabalhador rodoviário em nossa capital, atestando que houve recentemente grandes avanços no setor. Divulgou como novo avanço a possibilidade de o usuário utilizar o celular para pagar a passagem, carregando os cartões utilizando pix, tal como acontece em outras cidades do país. Parabenizou o secretário Cláudio Luciano Monteiro de Oliveira, titular da Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Mobilidade de Belém – Segbel, por ouvir e atender os vereadores desta Casa em relação à sinalização nas ruas da cidade. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pelo PP, Nay Barbalho ponderou não caber aos vereadores discutir sobre um direito dos trabalhadores, o direito de greve, previsto no artigo 9º da Constituição Federal. Assim sendo, na sessão ordinária anterior, votou favoravelmente ao requerimento da vereadora Vivi Reis solicitando que esta Casa manifeste Voto de Apoio à paralisação dos servidores municipais, explicitou. Tratou depois de requerimento que apresentou na sessão anterior relacionado à adesão do município de Belém ao Novo Viver Sem Limite, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do governo federal que dá suporte aos municípios e estados em ações promovidas em prol das pessoas com deficiência. Infelizmente, lamentou, o estado do Pará e o município de Belém não estão inscritos ainda no plano, apesar de não haver custos ao fazê-lo. Defendeu que esta Casa crie um grupo de trabalho para acompanhar a adesão do município de Belém ao Novo Viver Sem Limite. Expôs que – além dos benefícios de projetos, programas e recursos que esse plano pode trazer para o município de Belém – ele é uma forma de valorizar os servidores do estado e do município que têm trabalhos importantes já promovidos em prol da pessoa com deficiência. Solicitou que esta Casa forme esse grupo de trabalho para, junto com o prefeito Igor Normando, criar uma câmara técnica na PMB visando à adesão de Belém ao Novo Viver Sem Limite. Reportou posteriormente ter também protocolado requerimento solicitando que esta Casa manifeste Voto de Repúdio à declaração do desembargador Amílcar Roberto Bezerra Guimarães, feita na semana anterior durante um julgamento sobre pensão alimentícia no TJPA. Pela liderança do PSD, Josias Hígino externou que os vereadores não são contrários ao direito de greve, mas votaram contrariamente ao requerimento da vereadora Vivi Reis por entenderem não ser necessário aprová-lo. Expressou ser contrário à depredação de prédios públicos e ao desrespeito ao direito de ir e vir da população que ocorrem em manifestações de trabalhadores. Assegurou que o governo municipal está aberto ao diálogo com todas as categorias de servidores e que rejeitarão qualquer requerimento que tenha o mesmo teor do requerimento da vereadora Vivi Reis. Em aparte, manifestou-se o vereador Fábio Souza. Pela liderança do Governo, Fábio Souza pediu o apoio de seus pares à aprovação de seu requerimento solicitando que esta Casa manifeste Moção de Apoio à aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2025 (PDL 03/2025), que susta os efeitos da Resolução nº 258/2024 do Conanda (que permite o aborto em caso de crianças ou adolescentes gestantes vítimas de violência sexual, sem a necessidade de autorização dos pais ou responsáveis) e à aprovação do Projeto de Lei nº 1904/2024 (PL 1904/2024), que equipara o aborto de gestação acima de 22 semanas ao crime de homicídio simples, incluindo casos de gravidez resultante de estupro. Em nível mundial, comentou, a Organização Mundial de Saúde – OMS mudou os critérios para a realização do aborto, estabelecendo que, ora em diante, o procedimento possa ser realizado em qualquer etapa da gestação. Considerou tal medida a institucionalização do homicídio e recordou que o Conselho Federal de Medicina – CFM proibiu, através da Resolução nº 2378/2024, que os médicos realizassem a assistolia fetal após 22 semanas de gestação resultante de estupro. Entretanto, o PSOL moveu então a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 1141 (ADPF 1141) contra a resolução do CFM e o ministro Alexandre Moraes concedeu liminar cassando-a. Pela liderança do PSOL, Marinor Brito anunciou a realização, no dia 30 de junho, de uma audiência pública no Igarapé São Joaquim e de outra audiência pública no Combú, ambas aprovadas pela Comissão de Meio Ambiente da CMB. Ambas tratarão dos prejuízos causados pela realização de políticas públicas e pela efetivação de obras pelo poder público, relacionados à falta de transparência na ação do estado, aclarou. Há uma perseguição às lideranças do Combú que tentam proteger o parque ambiental e há desinformação quanto ao modo como serão realizados os projetos para a ilha, que contam com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e da Itaipu Binacional, alegou. Contou ter apoiado o movimento de paralisação dos servidores municipais, comentando haver muita coisa obscura quanto às modificações que acontecerão no sistema municipal de saúde e aventando a possibilidade de ele passar a ser gerido pela iniciativa privada. Os servidores públicos fazem atos, manifestações e greves porque têm compromisso com o serviço público de qualidade, precisam de uma remuneração justa e opõem-se ao autoritarismo e ao assédio praticado em nível estadual e municipal contra o funcionalismo, afirmou. Pela liderança do PT, Alfredo Costa reiterou ter requerido que esta Casa manifeste Voto de Repúdio às palavras depreciativas, ofensivas, preconceituosas e machistas proferidas pelo desembargador Amílcar Roberto Bezerra Guimarães, membro da 2ª Turma de Direito Privado do

TJPA, durante um julgamento sobre pensão alimentícia de uma criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista - TEA, no dia 27 do mês anterior. Na ocasião, proseguiu, o desembargador fez uma série de acusações graves, indevidas e levianas contra o diagnóstico do TEA e contra vários profissionais, incluindo advogados, médicos, terapeutas e psicólogos. Tal fala não pode passar em branco, opinou, e pediu então o apoio dos demais parlamentares à aprovação do requerimento, expressando seu total repúdio ao pronunciamento do desembargador. Destacou depois a relevância do deputado estadual Paulo Fontelles, dirigente do PC do B no Pará, advogado dos trabalhadores rurais, defensor dos direitos humanos e do direito à terra para quem mais precisa, atuante nas lutas sociais, assassinado há 38 anos. Em aparte, manifestou-se o vereador Rodrigo Moraes. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente John Wayne pediu aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Fez-se então a leitura da matéria constante em pauta nesta parte da sessão e o vereador Túlio Neves pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura dos pareceres e da redação final, a dispensa do interstício aos projetos correspondentes e que estes passassem da pauta da Primeira Parte para a pauta da Segunda Parte da Ordem do Dia. Solicitou também o encerramento da Primeira Parte e que fosse iniciada a Segunda Parte da Ordem do Dia. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Iniciada a Segunda Parte da Ordem do Dia, o vereador Túlio Neves pediu novamente Questão de Ordem solicitando que o projeto constante no Processo nº 1341/2025, entrasse em discussão e votação em 1º turno, sendo dispensada a sua leitura e votados em bloco e de forma nominal os seus artigos. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Em seguida, entrou em discussão e votação em 1º turno o projeto de lei que “Adita §§ 9º e 10 ao artigo 105, altera o §9º, incisos I e II, e o §10, suprime o §11 e adita §§ 16 e 22 ao artigo 106 e acresce o artigo 260-A à Lei Orgânica do Município de Belém – Lomb”, constante no Processo nº 1341/2025, de autoria do vereador Moa Moraes. Na discussão, manifestaram-se as vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis (com aparte da vereadora Nay Barbalho). Postos a seguir em votação, os artigos do projeto foram aprovados por maioria, com vinte e sete votos favoráveis, um voto contrário e uma abstenção. O presidente declarou então aprovado em 1º turno o projeto de lei que “Adita §§ 9º e 10 ao artigo 105, altera o §9º, incisos I e II, e o §10, suprime o §11 e adita §§ 16 e 22 ao artigo 106 e acresce o artigo 260-A à Lei Orgânica do Município de Belém – Lomb”, constante no Processo nº 1341/2025. Em seguida, o vereador Túlio Neves pediu Questão de Ordem solicitando que os projetos concedendo títulos e honrarias entrassem em discussão, dispensando-se a leitura dos mesmos, e que fossem votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Posteriormente, entraram em discussão única e votação, com dispensa de interstício os projetos: projeto que “Concede o Diploma Celina Martins Albuquerque a Zildomar da Silva Campelo”, constante no Processo nº 1297/2025, de autoria do vereador Rodrigo Moraes; projeto que “Concede o Diploma Amazônia para Sempre ao Museu Paraense Emílio Goeldi”, constante no Processo nº 1300/2025, de autoria do vereador Rodrigo Moraes; projeto que “Concede a Medalha Mérito Cultural e Patrimônio de Belém à senhora Joelma da Silva Mendes”, constante no Processo nº 1139/2025, de autoria do vereador Fábio Souza; projeto que “Concede o título honorífico de Cidadão de Belém a Celso Carlos Pinheiro Oliveira”, constante no Processo nº 1314/2025, de autoria do vereador André Marthá; projeto que “Concede o Diploma Benemérito Evangélico à pastora Luana Marques Vasconcelos Câmara, ao pastor Ivanias Matias de Oliveira, à pastora Marcilene Silva Reis, à pastora Maria Regiane Casemiro Araújo, à pastora Cláudia Fernandes Andrade do Espírito Santo, ao pastor José Araújo, ao pastor Daniel Oliveira, à pastora Sara Barbosa Pontes de Oliveira, ao pastor Odalvo Castro dos Santos, a Raimundo Santos e a Raimundo Santos Júnior”, constante no Processo nº 1338/2025, de autoria do vereador Josias Higino; projeto que “Concede o Diploma Maestro Filinésio Soares ao pastor Philippe Câmara”, constante no Processo nº 1339/2025, de autoria do vereador Josias Higino; projeto que “Concede o Diploma Celina Martins Albuquerque ao pastor Samuel Câmara, à pastora Rebekah Câmara e à pastora Honorata Tavares de Andrade”, constante no Processo nº 1340/2025, de autoria do vereador Josias Higino; projeto que “Concede o título honorífico de Cidadão de Belém ao senhor Lenildo Mendes dos Santos Sertão (Delegado Caveira)”, constante no Processo nº 764/2025, de autoria do vereador Zezinho Lima; projeto que “Concede a Medalha de Mérito Cultural e Patrimônio de Belém a Augusto Fernandes Viana e Cris Saldanha”, constante no Processo nº 1241/2025, de autoria da vereadora Pastora Salete; projeto que “Concede o título honorífico de Cidadão de Belém a Dom Júlio Endi Akamine”, constante no Processo nº 1201/2025, de autoria do vereador Igor Andrade; projeto que “Concede a Comenda e o Diploma Gaspar Viana a Jureuda Guerra”, constante no Processo nº 1251/2025, de autoria do vereador Rodrigo Moraes; projeto que “Concede a Medalha Benedito Monteiro a Paulo Nunes”, constante no Processo nº 1206/2025, de autoria do vereador Rodrigo Moraes; projeto que “Concede a Comenda Wanda Aguiar Horta a Antônia Trindade”, constante no Processo nº 1204/2025, de autoria do vereador Rodrigo Moraes; projeto que “Concede a Medalha Irmã Dorothy Stang a Teófila Nunes”, constante no Processo nº 1205/2025, de autoria do vereador Rodrigo Moraes. Na discussão, não houve oradores. Postos depois em votação, os projetos foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovados os projetos constantes nos processos de números 1297/2025, 1300/2025, 1139/2025, 1314/2025, 1205/2025, 1338/2025, 1339/2025, 1340/2025, 764/2025, 1241/2025, 1201/2025, 1251/2025, 1206/2025 e 1204/2025. Em seguida, o presidente John Wayne encerrou a sessão, às quinze horas e vinte e sete minutos. Estava licenciada a vereadora Raquel dos Aníma. Justificaram suas ausências os vereadores Agatha Barra, Blenda Quaresma, Lulu das Comunidades, Patrícia Queiroz e Pastora Salete. Estavam presentes os vereadores: Bieco, Roni Gás, Adalberto Júnior, Fábio Souza, John Wayne, Pablo Farah, Renan Normando e Rildo Pessoa, pelo MDB; André Marthá, Josias Higino e Túlio Neves, pelo PSD; Mayky Vilaça e Zezinho Lima, pelo PL; Vítor Sales, Felipe Vinagre e Zeca do Barreiro, pelo União Brasil; Marinor Brito e Vivi Reis, pelo PSOL; Alfredo Costa e Neia Marques, pelo PT; Augusto Santos e

Marcos Xavier, pelo Republicanos; João Coelho, pelo PDT; Nay Barbalho, pelo PP; Rodrigo Moraes, pelo PC do B; Igor Andrade, pelo Rede Sustentabilidade; Michell Durans, pelo PSB; Moa Moraes, pelo PV; Jorge Vaz, pelo PRD. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. **Salão Plenário Laércio Barbalho, dia 11 de junho de 2025**

JOHN WAYNE
Presidente

TULIO NEVES
1º Secretário

AUGUSTO SANTOS
2º Secretário

EXTRATO DE CONTRATO:

Contrato administrativo nº 01/2025

Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021

Contratante: Câmara Municipal de Belém

Contratada: TIM S/A.

Signatário pela CMB: John Wayne Holanda Parente

Signatário pela Empresa: Umberto Napolitano/Bernard Heiskia Zeitune

Objeto: Serviço de Telefonia Móvel - SMP

Origem: Secretária de Planejamento e Gestão de Minas Gerais.

Pregão Eletrônico 053/24 – Ata de Registro de Preço nº 150/2024

Prazo: 12 meses

Valor Global: R\$ 25.372,20 (Vinte e cinco mil trezentos e setenta e dois reais e vinte centavos)

Projeto Atividade: 2173 – OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES

ADMINISTRATIVA.

Natureza da Despesa: 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Data da Assinatura: 25 de Março de 2025

1º ADITIVO AO CONTRATO: 01/2024

Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021

Contratante: Câmara Municipal de Belém

Contratada: P & C Comercio e Serviços Ltda.

Signatário pela CMB: John Wayne Holanda Parente

Signatário pela Empresa: Celso Victor Castro Cavalcante

Objeto: Locação de Veículo

Prazo: 12 meses

Valor Global: R\$ 54.840,12 (Cinquenta e quatro mil oitocentos e quarenta reais e doze centavos)

Projeto Atividade: 2173 – OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES
ADMINISTRATIVA.


Natureza da Despesa: 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Data da Assinatura: 25 de Março de 2025

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Belém - PA (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS														
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>			
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPEZA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.359.526,40	8.190.409,42	9.367.560,82	8.039.880,10	7.985.939,54	7.490.000,46	7.790.229,46	13.980.520,17	7.551.460,00	8.189.252,91	8.517.976,42	8.591.291,54		104.054.047,24	
Pessoal Ativo	8.359.526,40	8.190.409,42	9.367.560,82	8.039.880,10	7.985.939,54	7.490.000,46	7.790.229,46	13.980.520,17	7.551.460,00	8.189.252,91	8.517.976,42	8.591.291,54		104.054.047,24	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.511.069,02	7.382.534,09	8.573.314,54	7.269.428,69	7.221.428,11	6.739.577,24	7.081.383,96	11.590.336,46	7.183.536,11	7.287.702,47	7.629.125,96	8.179.907,27		93.649.343,92	
Obrigações Patronais	848.457,38	807.875,33	794.246,28	770.451,41	764.511,43	750.423,22	708.845,50	2.390.183,71	367.923,89	901.550,44	888.850,46	411.384,27		10.404.703,32	
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parreira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
DESPEZA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	8.359.526,40	8.190.409,42	9.367.560,82	8.039.880,10	7.985.939,54	7.490.000,46	7.790.229,46	13.980.520,17	7.551.460,00	8.189.252,91	8.517.976,42	8.591.291,54		104.054.047,24	

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de Belém - PA (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
Período de referência: 1º quadrimestre	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	5.188.505.707,88	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	0,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	0,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	5.188.505.707,88	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	104.054.047,24	2,01
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	311.310.342,47	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	295.744.825,35	5,70
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	280.179.308,22	5,40


RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de Belém - PA (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
Período de referência: 1º quadrimestre	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de Belém - PA (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º quadrimestre


RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (XII) (%)	
Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%)	
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)	

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de Belém - PA (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
Período de referência: 1º quadrimestre	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)												
% DTP (VIII / VII)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de Belém - PA (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2025
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE:66152534291
Date: 2025.05.28 08:22:06 BRT
Reason: Perfil: Titular do Poder Legislativo
Location: Instituição: Câmara de Vereadores de Belém - PA

Assinatura: 2

Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.